

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA: situações no cotidiano escolar da Escola Estadual Esperidião Monteiro¹

Ana Maria Floriano²
Cléia Xavier de Santana
Deândrea A. Delgado de Oliveira

RESUMO – A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, sendo esta produto de um processo histórico que inseriu num mesmo cenário três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Esse contato favoreceu o intercuro dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado, multifacetado, ou seja, uma unicidade marcada pelo antagonismo e pela imprevisibilidade. A discriminação racial é um tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou um grupo com base em características raciais ou etnia. Esta forma de preconceito ocorre no ambiente escolar com bastante frequência e a escola que deveria promover meios de combater este crime, passa a transmitir esta ideologia racista. O racismo na escola não é claro, mas se apresenta sob sua forma mais cruel: a velada ou o racismo cordial. O preconceito e a discriminação racial podem ser observados nas relações interpessoais na escola, bem como nos livros didáticos. A falta de preparo de educadores contribui para a exclusão e para a evasão escolar. Este artigo buscou discutir situações de discriminação social no contexto da Escola Estadual Esperidião Monteiro

Palavras-chave: discriminação; sociedade; escola.

ABSTRACT

The Brazilian society is characterized for an ethnic plurality, being this product of a historical process that inserted in one same scene three distinct groups: Portuguese, indians and blacks of African origin. This contact favored intercuro of these cultures, leading to the construction of a country undeniably miscigenado, multifaceted, that is, an unicity marked for the antagonism and the imprevisibilidade. The racial discrimination is a favorable data to racial a characteristic person or group or on the basis of etnia treatment. This form of preconception occurs in the pertaining to school environment with sufficient frequency and the school that would have to promote ways to fight this crime, starts to transmit this ideology racist. Racism in the school is not clearly, but if it presents under its crueler form: guarded or racism cordial. The preconception and the racial discrimination can be observed in the interpersonal relations in the school, as well as in didactic books. The lack of preparation of educators contributes for the exclusion and the pertaining to school evasion. This article searched to argue situations of social discrimination in the context of the State School Esperidião Monteiro

Keywords: discrimination; society; school.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar o preconceito racial, pois se sabe que este existe, mas que muitas vezes é velado, não se mostrando claramente. É certo que o tratamento dado a crianças de cor clara (não podemos dizer brancas, pois o Brasil é um país muito miscigenado) não é o mesmo dado as negras e mestiças. No ambiente escolar isto parece tornar-se muito mais grave, uma vez que o preconceito deixa marcas profundas que poderão, muitas vezes, acompanhar o indivíduo por toda a sua vida.

Neste sentido, a nossa pesquisa buscou analisar problemas da discriminação racial no contexto da Escola Estadual Espiridião Monteiro e ainda conhecer a postura de professores e diretores no que diz respeito aos casos de preconceito racial no âmbito escolar. Também é importante conhecer a comportamento dos alunos e colegas em relação ao professor negro.

A preocupação com o tema reside no fato de que as diferenças se acentuaram, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixava evidentes a distância e o prestígio social entre colonizadores e colonos. Os índios e, em especial, os negros permaneceram em situação de desigualdade situando-se na marginalidade e exclusão social, sendo esta última compreendida por uma relação assimétrica em dimensões múltiplas – econômica, política, cultural. Sem a assistência devida dos órgãos responsáveis, os sujeitos tornam -se alheios ao exercício da cidadania.

Esse acontecimento inicial parece ter de algum modo subsistido, contribuindo para o quadro situacional do negro. O seu cotidiano coloca-o frente à vivência de circunstâncias como preconceito, descrédito, evidenciando a sua difícil inclusão social. Sendo assim, buscase por meio deste trabalho compreender como são construídas as relações raciais num dos

espaços da superestrutura social do país, que é a escola, e como ela contribui para a formação da identidade das crianças negras.

A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança negra adote em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social. O discurso do opressor pode ser incorporado por algumas crianças de modo maciço, passando então a se reconhecer dentro dele: "feia, preta, fedorenta, cabelo duro", iniciando o processo de desvalorização de seus atributos individuais, que interferem na construção da sua identidade de criança.

A exclusão simbólica, que poderá ser manifestada pelo discurso do outro, parece tomar forma a partir da observação do cotidiano escolar. Este poderá ser uma via de disseminação do preconceito por meio da linguagem, na qual estão contidos termos pejorativos que em geral desvalorizam a imagem do negro, nos livros didáticos e nos tratamentos dados no cotidiano escolar e no contexto da sociedade.

Para realização desta pesquisa, inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico visando uma melhor análise e compreensão do objeto de estudo. Utilizamos o "estudo de caso", pois é um estudo empírico que investiga as ações dentro de seu contexto de realidade, tendo a Escola estadual Espiridião Monteiro como foco da pesquisa.

Este trabalho pretende tornar-se uma fonte de pesquisa para profissionais da área de educação no sentido de conhecer as formas de preconceito racial e como ele ocorre no

ambiente escolar. Também buscou compreender o preconceito racial na escola visando buscar formas de erradicar de vez tal crime. Não basta somente criar leis ou executá-las. É importante valorizar a cultura negra, bem como garantir a cidadania a essa etnia que tão importante foi para a construção do país. A educação é a única forma de mudar preconceitos arraigados na sociedade e a escola tem função primordial neste processo. Incentivar, permitir ou mesmo omitir-se diante do racismo é algo que o professor jamais pode fazer.

A escola deve formar cidadãos, assim deve opor-se totalmente a qualquer tipo de preconceito, qualquer tipo de discriminação e a qualquer forma de exclusão social. O racismo deve ser combatido com firmeza. Mesmo quando não está claro, está implícito muitas vezes em uma ação aparentemente normal. Não se pode mais conceber que um homem seja diferenciado de outro pela cor da pele ou por traços físicos de sua etnia e o ambiente escolar é fundamental para esta mudança de atitude.

1. A condição do negro na sociedade brasileira: o mito da democracia racial

Discriminação racial é um tratamento desfavorável dada a uma pessoa ou grupo com base em características raciais ou étnicas, como por exemplo: impedir alguém de assumir um emprego por não ser branco, é um ato discriminativo.

O racismo se manifesta entre nós com muita competência através de suas diversas faces, indo desde o racismo cordial ao punitivo, como ação dos que se consideram superiores, buscando destruir toda condição étnica cultural do negro Sergipano, operando como interrupção violenta, a destruição e distorção histórica do coletivo negro, de sua cultura e realização. “O racismo é sobretudo a apologia à desigualdade de uma raça, crença sobre

outra, em nome da qual nos encontramos submetidos ainda a submissão, a exploração e a segregação social”. (Santos, 1998,p.19).

A discriminação racial nas escolas coloca o estudante negro à margem da cidadania. Pois “vivemos num estado em que a educação é um privilegio da classe dominante, que a transformou num simples componente de afirmação da mobilização social, não reflete a capacitação e a formação intelectual, porque o seu objetivo é sócio-econômico”. (Santos, 19989,p.38).

Para santos (1998) “discriminação dá-se de duas forma direta ou indireta. Diz-se discriminação direta a doação de regras gerais que estabelece distinções através de proibições”. É o preconceito expressando a maneira clara como, por exemplo: as proibições ou o tratamento desigual a um individuo ou grupo que poderia ter os mesmos direitos e são negados. A discriminação indireta está internamente relacionada com situações aparentemente neutras, mas que criam desigualdades em relação a outrem. Está última maneira de preconceito é a mais comum no Brasil.

Compreendemos que para discutir a discriminação racial também deve-se ter a noção da formação da sociedade brasileira, o lugar ocupado pelas etnias existentes, e a relação de poder entre elas.

O negro representa um elemento tão significativo na vida brasileira que não é possível escrever uma história da cultura no Brasil ou descrever sobre a história nacional, sem esses atores. A interpretação dos episódios de discriminação racial que se repetem no Brasil está longe de esgotar na opinião pública e particularmente nos órgãos de orientação das massas e nos entes estatais nota-se certa recusa em examinar objetivamente o assunto e atribuir-lhe relevância.

O tema, contudo, mostra um permanente interesse teórico e se presta a uma variedade de explicação sociológicas e antropológicas. Silva (1995) torna longamente ao assunto, chamando atenção para as dificuldades geradas pela natureza sutil da situação racial, pois é discutido o assunto, umas vezes confirmando a vigência de um problema racial sempre procurando contestar e justificar esse tema.

Sobretudo, pensa nos objetivos dos colonizados que definem espaços e valores dados as demais etnias, o papel dos índios e negros no contexto no contexto da economia colonial, conforme afirmou Darcy Ribeiro (1995).

Por muito tempo tornou-se natural tratar a história do negro apenas na perspectiva da escravidão e aceitar padrões estéticos e culturais de uma suposta superioridade branca. Sobre isso, disse o líder negro americano Martin Luther King (1929 – 1968) temos de nos arrepender nessa geração não tanto pelas más ações das pessoas, mas pelo silêncio assustador das pessoas boas.

Gilberto Freire foi um dos pioneiros desse mito da democracia racial a que existe, no Brasil, a igualdade de oportunidades para brancos e negros na sua obra *Casa Grande e Senzala*, que descreve as relações sociais entre colonizadores, índios e especialmente negros, no Brasil Colonial. A disseminação desse mito, segundo Guimarães (1999), permitiu esconder as desigualdades raciais, que constatados nas práticas discriminatórias de acesso ao emprego, nas dificuldades sociais da população negra, que ocupou e que ocupa até hoje à inferior do branco pelo mesmo trabalho e tendo a mesma qualificação profissional. A falta de conflitos étnicos não caracteriza ausência de discriminação pelo contrário, o silêncio favorece o “status quo” que, por sua vez, classe dominante.

Durante a escravidão no Brasil o negro era uma mercadoria, ou um não-humano e ou tinha com quem competir nessa situação. Depois que se tornaram livres e passaram a disputar posições com os brancos, numa situação de igualdade de direito, o preconceito, o racismo ou a discriminação racial passaram a ser utilizadas como armas de competição, estabelecendo a desigualdade “de fato”.

Vemos de que modo o Brasil “branco”, no final do séc. XIX e início de XX, procurou definir o destino do negro. Mas o que aconteceu com o “objeto da ciência”? Desacreditado e descartado como trabalhador livre nas atividades econômicas que se iniciaram na época da abolição e mesmo naquelas que antes se haviam desenvolvido exclusivamente com o seu trabalho, o negro se viu forçado a desenvolver atividades de pouco ou nenhum prestígio social, fato para contribuir sua imagem negativa, mas eles tentavam exigir seus direitos que fossem respeitados.

Segundo Ribeiro (1995), para o negro sobram as funções mais baixas na escala social. O negro brasileiro ainda é o carregador, o pedreiro, o faxineiro, o cobrador de ônibus e outros, para isso contribuem a pobreza e a ignorância, pois a pobreza e a discriminação racial impede o acesso às escolas, às faculdades, aos cursos técnicos de formação profissional.

Para qualquer outro emprego, cargo ou função, o branco é sempre o preferido. Várias outras gradações existem na escala da etnia brasileira. Mas o verdadeiro marginalizado é o negro e depois o mulato. Além do preconceito, essa questão é resultado da baixa escolaridade da maioria negra, que tem nas dificuldades de acesso a educação escolar o germe do problema da baixa qualificação.

Entretanto, o tratamento dado ao preconceito racial no caso brasileiro é tratado como problema de baixa intensidade, revelando-se em casos isolados de escalas que pré-

selecionam seus alunos pela cor e por outros caracteres étnicos, não constitui um comportamento segregacionista coletivo e bem definido, mas esporádico e não ostensivo. Operando por que não se deva cruzar os braços diante de situações que revelam o claro propósito de estabelecer barreiras de intolerância entre os diversos grupos raciais que compõe o povo brasileiro.

Essa questão pode ser observada pelo conteúdo do Conselho Econômico e Social da ONU (1972) sobre a eliminação da discriminação racial: O breve relatório da Unesco ao Conselho Econômico e Social baseou-se em dados do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro, colhidos em 16 de abril de 1966 a 19 de dezembro de 1967, menciona que a lei nº 1390, em vigor desde 03 de julho de 1951, considera delitos penais os atos motivados por preconceito de cor ou raça e proíbe a discriminação na matrícula de estudantes baseada em preconceito de raça e cor. Esse procedimento destinado às classes ricas, onde a admissão de alunos negros ou mulatos é sempre dificultada.

2. Discriminação no espaço escolar

As relações desiguais presentes na sociedade brasileira ocupam todos os espaços, mesmo o escolar. O preconceito e a discriminação racial podem ser notados nas relações pessoais e até nos livros didático.

Segundo SILVA (1995), crianças negras, muitas vezes, ficam isoladas numa sala de aula. A inocência infantil geralmente é perdida com a interferência dos adultos que cultivam idéias negativas sobre os negros nas cabecinhas dos filhos: “Não quero que você brinque com aquela menina de cor. Eles não cheiram muito bem”...

São muitos os exemplos de crianças negras rejeitadas por seus coleginhas brancos. Voltam para casa tristonhos e perguntam a seus pais o motivo dessas atitudes. Neste sentido, Abramowic (2002), afirma que a escola tem uma parcela de culpa por possuir uma base conservadora e excludente, que não supera os preconceitos praticados em seu próprio espaço.

Por outro lado, os pais sentem dificuldades para explicarem que essas atitudes são erradas e que não há nenhum problema em ser negro. Qualquer que seja a explicação, os pais não podem impedir que novas situações aconteçam. Eles devem saber que as atitudes preconceituosas e discriminatórias das crianças brancas para com seus filhos não partem da própria cabecinha daquelas crianças, que julga. E cabe a escola, também, no processo educativo, desatar os “nós” que naturalizam a discriminação racial.

Conforme afirma Candau (2002), a estrutura escolar também não está preparada para lidar com esse tipo de problema. Há, por exemplo, muitas professoras que presenciam cenas em que alunos negros são rejeitados e não tomam nenhuma providência. E tipos de comportamento como esse vão sendo cada vez mais reforçados, passando a ser aceitos como errado, para a ser considerado certo.

O preconceito se fortalece na medida em que a maioria dos negros vivem desempregadas ou subempregadas comprometendo acesso aos bens culturais, que favorecem a educação de qualidade. Muitas crianças negras são obrigadas a deixar a escola cedo, para ajudarem no orçamento familiar, vivem vulneráveis a violência de seus pais e da sociedade como um todo..

A condição do negro associado a marginalidade é também reforçada pelos livros didáticos que em certo sentido, a trajetória dos negros no Brasil é aquela mostrada a imagem

de escravos passivos e submissos ou ocupam trabalho braçal o mais baixo posto da sociedade.

Por outro lado, foi através da escolarização que os negros ascenderam socialmente, embora a estes recaia uma carga de preconceito bem maior, resultado da convivência com os negros na hierarquia social. No racismo à brasileira, o negro é proibido de ocupar alguns cargos ou posições, de frequentar lugares, hotéis e etc. e diz que seu lugar é na cozinha, na entrada de serviço e etc.

Essa questão é tratada por Barbosa, afirmando que:

“a literatura, respeitada as exceções, implantou, difundiu e materializou, com força didática, fortes mecanismos de exclusão social, na tentativa de escamotear as nuances dos conflitos inter-raciais em nosso país”. (2006, p.103)

Isso demonstra como a escola, espaço de formação e difusão de valores incutiu a imagem do negro associado a punições sociais mais desvalorizadas na sociedade.

Para Candau (2002), uma das saídas para o fim das desigualdades educacionais do Brasil está em enfrentar as desigualdades raciais que estão presentes, sim, no ambiente escolar. A história e a cultura negra têm pouco ou nenhum destaque, diferentemente na cultura europeia que ocupam parte do currículo escolar.

Segundo dados fornecidos pela revista Nova Escola (2004) a participação das crianças negras na última série do ensino médio representa a metade da registrada na 4ª série, já os brancos somam 44% dos alunos da 4ª série, mas totalizam 76% na 3ª série do ensino médio. Mas a escolaridade média de um negro com 25 anos gira em torno de 6,1 anos. Um branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudos. Desse modo, é possível concluir que crianças negras enfrentam muitos obstáculos para permanecer na escola, e sem dúvida,

está nas mãos dos professores o futuro deles como alunos e cidadãos, defensores de seus direitos, o silêncio é uma constante nas relações raciais.

O nosso cotidiano escolar está impregnado do mito da democracia racial aspectos da cultura da classe dominante que a escola transmite, pois no interior da escola que possibilitam problematizar essa cultura hegemora desprezando as diversidades culturais trazidas pelos alunos. Assim, apesar da escola inculcar o saber dominante, educação problematizadora mais evidente na cultura popular. Nessa proposta educacional será preciso rever o saber escolar e também a formação do educador, possibilitando-lhe uma formação teórica diferencial eurocêntrica. Para Silvério (2006), o currículo monocultural até hoje divulgado deverá ser revisto na escola e precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas. E o deve dialogar com tais culturas e reconhecer o pluralismo cultural brasileiro.

A educação escolar ainda é um espaço privilegiado para crianças jovens das camadas populares terem acesso ao conhecimento científico e artístico sistematizado e elaborado, do qual a população pobre e negra é excluída num meio social desfavorecida.

Guimarães (1999), afirma que a ideologia da inferiorização, além de causar a auto-rejeição, a não aceitação do outro assemelhado étnico e a busca do branqueamento, internaliza nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro, que as leva a dele se afastarem, ao tempo em que vêm, na maioria das vezes, com penúria e o seu extermínio cultural e físico.

A criança negra raramente é retratada na escola. Ela aparece brincando ou trabalhando nas ruas, quase nunca tem nome, é chamada por apelidos ou por cor (negrinho etc.). Demonstra-se ser necessária na escola a presença de um professor que saiba utilizar o livro didático como instrumento de reflexão crítica, uma vez que solicitar às instituições

governamentais a revisão do livro, denunciar junto aos pais e professores seu conteúdo racista e o de outros materiais.

A omissão, no livro didático, da diversidade de papéis exercidos pelos negros no Brasil pode ser responsável, em grande parte, pela internalização pela sociedade de uma imagem distorcida do negro, visto apenas como serviçal e marginal, bem como pelo desrespeito e intolerância por parte dos seus colegas das profissões valorizadas na sociedade e exercidas por não-negro em sua grande maioria.

A ideologia do branqueamento tende a isolar a mulher negra das relações afetivas, uma vez que os homens brancos e negros, dirigidos por essa ideologia, unem-se cada vez mais com mulheres de pele clara, cujo padrão de beleza e moral é valorizado na sociedade brasileira.

3. Discriminação racial a partir do contexto da Escola Estadual Esperidião Monteiro

Para compreender o problema da discriminação racial foi realizada uma pesquisa na Escola Estadual Esperidião Monteiro, localizada na praça Coronel Jacinto Ribeiro, 158, no município de Santo Amaro das Brotas/SE. Fundada em 15 de junho de 1924, esta instituição abriga 623 alunos distribuídos nos três turnos, oferecendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e a EJA (Educação de jovens e Adultos).

Dirigida pela senhora Ana Kátia Silva Oliveira que conta com o auxílio da coordenadora Margarida Pereira de Melo e da pedagoga Ângela Maria Pereira dos Santos, tendo como secretária Denize Mamédio Santos.

Esta instituição conta com um quadro de funcionários constituído por 24 professores efetivos e 15 contratados, 1 vigilante, 1 pedagogo, 1 diretora, 1 coordenadora e uma 1 secretária.

As entrevistas foram realizadas com 20 professores com faixa etária entre 34 e 40 anos. Observou-se que 90% destes alunos afirmaram já terem presenciado ou vivenciado atitudes de preconceito em sala de aula. Na maioria destes casos, os entrevistados responderam que procuraram dialogar e esclarecer que todos merecem respeito e que os direitos são iguais tanto para os negros, quanto para os brancos.

Notamos que 100% destes professores entrevistados nunca participaram de nenhuma palestra ou seminário referente à “pluralidade cultural” ou “educação na diversidade”, este caso chamou a atenção, pois existe uma carência visível de se conscientizar a sociedade na prevenção de situações que venham a trazer qualquer tipo de dano moral, físico ou psicológico em situações cujo “estopim” seja relacionado “a etnia.

70% destes professores demonstraram, apesar da falta de esclarecimento educacional. Embora os professores afirmem “maturidade” ao lidar com o preconceito, percebemos que a discriminação é um fenômeno que encontra dificuldade na superação.

Temos muitas perguntas a fazer e nem todas as respostas para dar, mas nós sabemos que não existem verdades e certezas absolutas; sempre é possível, a cada dia, aprendermos e descobriremos novas maneiras de encarar os fatos. Por isso toda tentativa de explicação é relativa aos vários aspectos que caracterizam nossa maneira de ser, de estar e de pensar sobre a realidade que nos cerca. Relativa a nossa idade, a nossa escolaridade, ao grupo social que integramos, ao nível de conhecimento que temos sobre determinado assunto.

4. Considerações finais

O cotidiano escolar pode demonstrar a reapresentação de imagens caricatas de crianças negras em cartazes ou textos didáticos, assim como os métodos e currículos aplicados, que parecem em parte atender ao padrão dominante, já que neles percebemos a falta de visibilidade e reconhecimento dos conteúdos que envolvem a questão negra.

A depreciação e a rejeição à cor preta estão presentes no cotidiano do negro, de forma sutil ou explícita, a depender da sua posição social. O elevador de serviço, invenção da “democracia racial” brasileira, a rejeição em hotéis, bares e restaurantes, o ser visto como incapaz e marginal até provar o contrário e principalmente a barreira no acesso ao trabalho, são manifestações explícitas do racismo à brasileira, reiterado pelo sistema de ensino, instituições e veículos de comunicação.

Essas mensagens ideológicas tomam uma dimensão mais agravante ao pensarmos em quem são seus receptores. São crianças em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social, que podem incorporar mais facilmente as mensagens com conteúdos discriminatórios que permeiam as relações sociais, aos quais passam a atender os interesses da ideologia dominante, que objetiva consolidar a suposta inferioridade de determinados grupos. Dessa forma, compreendemos que a escola tanto pode ser um espaço de disseminação quanto um meio eficaz de prevenção e diminuição do preconceito.

Para Candau (2002), a prática pedagógica que encontra dificuldades para combater atitudes raciais se deu, principalmente, pelo desconhecimento da formação da sociedade brasileira que atribuiu ao negro trabalhos desqualificados.

O negro no Brasil ainda é o último a ser admitido no emprego e o primeiro a ser despedido. Ainda é o que recebe os menores salários, constitui o exército de desempregados e subempregados deste país e exerce as profissões consideradas inferiores e sem prestígio.

Não são somente os alunos negros que sofrem preconceito na escola, os professores oriundos desta etnia também recebem um tratamento desigual em relação aos seus colegas de pele clara. O preconceito não é genético, mas alimentado pela ignorância e pela hipocrisia. Alguns pais racistas transmitem para seus filhos idéias preconcebidas. Tais idéias devem ser combatidas no âmbito escolar. Cabe ao professor não se omitir diante de casos de racismo, para isso, mais que fazer ou executar leis é preciso mudar o modo de trabalhar as etnias na escola. A educação escolar deve ajudar professores e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora. O preconceito racial aparece na escola de forma sutil no cotidiano da escola e é reforçado pelo silêncio, pela omissão.

Bibliografia

SILVA, Ana Célia Da. **Discriminação do Negro no Livro Didático**, A. salvador: Ceao, 1995.107p.

WWW. Novaescola.com.br

AZEVEDO, Thales De. **As elites de cor**. Cia. Edit. Nacional, São Paulo, 1955.

SANTOS, P. **Resistência Negra em Sergipe**. Coleção Episódios-Casa de Cultura Afro sergipana. Aracaju – SE. 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SILVÈRIO, BARBOSA & ABRAMOWICZ (orgs). **Educação como prática de diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

CANDAU, Vera Maria. **Sociedade, educação e cultura (s): questões e propostas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo. Ed. 34, 1999.

¹ Artigo apresentado a Universidade Tiradentes como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da profa. M.Sc. Enedina Maria Soares Souto.

² Alunas do curso de Pedagogia.